



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 14 255/2007

Por despacho de 17 de Maio de 2007 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi João Manuel de Jesus Pires nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de assessor parlamentar do nível I, escalão 1, do gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2007, inclusive.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 14 256/2007

Por despacho de 17 de Maio de 2007 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi Carla Maria Rosa de Matos nomeada, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de técnica de apoio parlamentar do nível III, escalão 1, do gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2007, inclusive.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 14 257/2007

Por despacho de 17 de Maio de 2007 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi Duarte Miguel Carrilho Madeira do Carmo Moral nomeado, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para o cargo de adjunto do gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2007, inclusive.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 14 258/2007

1 — Por despacho de 17 de Maio de 2007 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do n.º 5 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, procede-se no quadro de pessoal do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao aditamento dos seguintes lugares:

- a) Um lugar de adjunto de gabinete;
- b) Um lugar de assessor parlamentar do nível I, escalão 1;
- c) Um lugar de secretária de gabinete;
- d) Um lugar de técnico de apoio parlamentar do nível III, escalão 1.

2 — As alterações previstas no número anterior produzem efeitos a partir do dia 17 de Maio de 2007, inclusive.

24 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 14 259/2007

Nos termos do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 44/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Portaria n.º 573-A/2007, de 30 de Abril, que fixou o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, e do meu despacho n.º 10 765/2007, de 14 de Maio, que criou as unidades flexíveis desta Direcção-Geral, determino o seguinte:

1 — São nomeados, em regime de substituição, os dirigentes de nível intermédio do 2.º grau do quadro de pessoal dirigente desta Direcção-Geral, a seguir mencionados:

- a) Licenciada Germana Maria Melim da Silva, no cargo de chefe de divisão para a Inovação e Consultadoria (DIC).
- b) Licenciada Maria Alexandra Santos Carapeto, no cargo de chefe de divisão para a Gestão e Análise Financeira (DGAF).
- c) Licenciado José Luís Pereira Calado, no cargo de chefe de divisão de Sistemas de Informação (DSI).

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos*.

Despacho n.º 14 260/2007

Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005,

de 30 de Agosto, e na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 44/2007, de 27 de Abril, que aprovou a orgânica da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Portaria n.º 573-A/2007, de 30 de Abril, que fixou o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, e do meu despacho n.º 10 765/2007, de 14 de Maio, que criou as unidades flexíveis desta Direcção-Geral, determino o seguinte:

1 — São mantidas as comissões de serviço dos dirigentes de nível intermédio do 2.º grau do quadro de pessoal dirigente desta Direcção-Geral a seguir mencionados:

- a) Licenciada Marília de Fátima Real Pimenta Martins da Silva, no cargo de chefe da Divisão para a Gestão e Acompanhamento de Projectos (DGAP).
- b) Licenciada Maria do Rosário Mendes Lindo, no cargo de chefe da Divisão de Documentação e de Divulgação (DDD).

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 14 261/2007

Ao abrigo do artigo 6.º dos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, nomeio vogal do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E., o licenciado Pedro de Brito Esteves, com efeitos

a 28 de Maio de 2007, cessando na mesma data o seu mandato como vogal do conselho de administração do Hospital de São João, E. P. E.

21 de Maio de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

Curriculum vitae

Pedro de Brito Esteves, nascido em 29 de Junho de 1954, em Alva-
renga, concelho de Arouca, de nacionalidade portuguesa, Rua do
Órfeão do Porto, 300, 5.º, C, 4150-798 Porto.

Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia
(Lisboa);

Curso de Administração Hospitalar, concluído na Escola Nacional
de Saúde Pública no ano de 1980 (1979-1980);

Mestrado em Gestão de Empresas (Master of Business Adminis-
tration), pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Uni-
versidade do Porto, concluído no ano de 1990.

Percurso profissional:

Director do Serviço de Auditoria dos Hospitais Cívicos de Lisboa,
de Agosto de 1980 a Março de 1984;

Administrador principal do Hospital Distrital de Chaves, de Março
de 1984 a Fevereiro de 1985;

Administrador regional do Norte do Centro de Informática da
Saúde, de Novembro de 1985 a Junho de 1987;

Administrador principal do Hospital Distrital de Matosinhos, de
Junho de 1987 a Dezembro de 1988;

Administrador-delegado do Hospital Distrital de Matosinhos/Hos-
pital Pedro Hispano, de 1991 a Setembro de 2000;

Vogal executivo do conselho de administração da Unidade Local
de Saúde de Matosinhos, de Setembro de 2000 a Setembro de 2003;

Vogal executivo do conselho de administração do Hospital Geral
de Santo António, S. A., de Novembro de 2003 a 2005;

Vogal executivo do conselho de administração do Hospital de São
João, de Junho de 2005 a Maio de 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

FORÇA AÉREA

Academia da Força Aérea

Aviso n.º 12 196/2007

Concurso para candidatura ao estágio técnico-militar de psicólogos (ETM PSI — 2007)

1 — De acordo com o despacho do general CEMFA de 11 de
Dezembro de 2006 e tendo presente o disposto no artigo 25.º do
Decreto Regulamentar n.º 32/97, de 6 de Setembro, e no despacho
n.º 26/2007 do general CEMFA, de 25 de Janeiro, torna-se público
que se encontra aberto, até 30 de Julho de 2007, concurso para admi-
são de candidatos para frequência do estágio técnico-militar de psi-
cólogos (ETM/PSI), com destino ao quadro permanente (QP) de ofi-
ciais da Força Aérea, para o preenchimento de uma vaga.

2 — Este concurso é aberto condicionalmente até aprovação por
despacho ministerial da vaga acima indicada.

3 — Condições de admissão:

a) Candidatos civis:

1) Ter nacionalidade portuguesa, originária ou adquirida, nos ter-
mos da lei;

2) Ter altura compreendida entre:

Feminino — 1,60 m-1,90 m;

Masculino — 1,64 m-1,90 m;

3) Não completar no ano civil de início do estágio a idade de
33 anos;

4) Não ter antecedentes criminais;

5) Estar em situação militar regular, quando aplicável;

6) Estar habilitado, no mínimo, com licenciatura ou mestrado (em
cursos adequados ao Processo de Bolonha) em Psicologia;

7) Não ter sido eliminado da frequência de curso ou estágio para
ingresso no QP;

8) Não ter sido abatido ao QP das Forças Armadas;

b) Candidatos militares:

1) Estar autorizado pelo Chefe do Estado-Maior do ramo a que
pertence;

2) Estar na efectividade de serviço na data de início do estágio;
3) Na efectividade de serviço, terem cumprido, à data de início
do estágio, um período mínimo de dois anos de serviço efectivo, a
contar da data da conclusão da instrução complementar, para os mili-
tares em regime de contrato (RC), e igual tempo de serviço efectivo,
a contar da data da conclusão do curso de formação de sargentos
do QP, para os sargentos do QP;

4) Possuir mérito indispensável à admissão ao estágio;

5) Satisfazer as condições enunciadas nas subalíneas 3), 4), 6) e 7)
da alínea anterior.

4 — Documentos do concurso:

a) Candidatos civis:

1) Ficha de candidatura, fornecida para o efeito, devidamente
preenchida pelo candidato conforme instruções nela expressas;

2) Certidão de registo de nascimento, emitida nos seis meses que
antecedem a data de entrega deste documento;

3) Certificado de registo criminal emitido nos três meses que ante-
cedem a data da entrega deste documento;

4) Declaração do centro de recrutamento a que pertence a atestar
que o candidato se encontra em situação militar regular, quando
aplicável;

5) Carta ou certidão de curso lavrada em boa e válida forma (grau
académico obtido até à data do encerramento do concurso docu-
mental — 30 de Julho de 2007);

6) *Curriculum vitae* detalhado, em duplicado;

b) Candidatos militares:

1) Autorização do Chefe do Estado-Maior do ramo a que pertence;

2) Cópia autenticada da nota de assentos;

3) Informação relativa ao mérito indispensável à admissão ao estágio
referida no n.º 3, alínea b), subalínea 4);

4) Documentos referidos nas subalíneas 1), 3), 5) e 6) da alínea
anterior.

5 — Processamento do concurso — o concurso é constituído pelas
seguintes fases:

a) Fase documental;

b) Avaliação documental;

c) Provas psicotécnicas;

d) Inspeções médicas;

e) Provas físicas (anexo A);

f) Provas de avaliação científica (anexo B);

g) Prova de aptidão militar (PAM) — apenas para candidatos civis;

h) Seriação final e preenchimento das vagas.

6 — Fase documental:

a) Candidatos civis:

1) Entrega de documentos — 1.ª parte — os documentos referidos
no n.º 4, alínea a), subalíneas 1), 2), 3), 4) e 6), podem ser entregues
pessoalmente, ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, para
o Centro de Recrutamento e Mobilização da Força Aérea (CRM),
até à data de encerramento do concurso documental (30 de Julho
de 2007);

2) Entrega de documentos — 2.ª parte — os candidatos devem pro-
videnciar a entrega no CRM, até à data em que realizarem as provas
físicas (de 22 a 28 de Agosto de 2007), do documento referido no
n.º 4, alínea a), subalínea 5);

b) Candidatos militares:

1) Entrega de documentos — 1.ª parte:

i) Os candidatos da Força Aérea devem fazer chegar ao CRM,
até à data de encerramento do concurso documental (30 de Julho
de 2007), os documentos referidos no n.º 4, alínea a), subalíneas 1),
3) e 6). Os candidatos podem ainda entregar estes documentos nas
suas unidades, órgãos ou serviços, que por sua vez os deverão enviar
ao CRM, de modo a darem entrada até à data de encerramento
do concurso documental;

ii) Os candidatos da Marinha e do Exército devem fazer chegar
ao CRM, até à data de encerramento do concurso documental (30 de
Julho de 2007), os documentos referidos no n.º 4, alínea a),
subalíneas 1), 3) e 6), bem como os documentos referidos no n.º 4,
alínea b), subalíneas 1), 2) e 3);

iii) As unidades a que pertencem os candidatos da Força Aérea
devem fazer chegar ao CRM os documentos indicados no n.º 4, alí-